

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	15
AGRADECIMENTO	19
LISTA DE ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO	27
1 – O PROCESSO COMO MÉTODO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	33
1.1 Justiça substantiva e decisão justa	33
1.2 Filosofia cognitiva do Direito: cognição dos fatos e das normas. O conteúdo cognitivo do processo é a hermenêutica	38
1.3 O conceito de cognição no Direito Processual Civil brasileiro perante aos tipos de conhecimento reconhecidos pela epistemologia	43
1.4 O objeto da cognição direta e a presença da cognição ao longo de todo processo	47
1.5 Conhecimento como crença verdadeira e justificada	48
1.6 Contra a <i>verophobia</i> ou verdade como valor fundamental do processo	51
1.7 Epistemologia moral e verdade na Moral e no Direito	62
1.8 O valor epistêmico do contraditório	66
1.9 A busca da verdade possível e seus limites	75
2 – AS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS E OS ELEMENTOS DA COGNIÇÃO PLENA E EXAUSTIVA	79
2.1 A cognição adequada como valor fundamental do processo justo	79
2.2 A complexidade e a eficácia epistêmica da adaptabilidade	87
2.2.1 A adaptabilidade legal	95

2.2.2	A adaptabilidade em concreto judicial ou em cooperação.....	98
2.2.2.1	A adaptabilidade no Processo Civil francês.....	105
2.2.2.2	O calendário processual.....	107
2.2.2.3	A adaptabilidade no Processo Civil inglês	111
2.2.2.4	A função epistêmica da fase preparatória do processo bifásico	113
2.2.2.5	A decisão de saneamento e a função epistêmica da fixação dos pontos controvertidos: definição de <i>thema probandum</i> e <i>thema decidendum</i> e a técnica epistêmica da abdução	116
2.2.2.6	A adaptabilidade no Código de Processo Civil brasileiro de 2015...	118
2.3	A análise cumulativa em abstrato e em concreto da cognição	124
2.4	A cognição plena e exaustiva	127
3	– OS LIMITES À COGNIÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	137
3.1	A classificação dos limites à cognição.....	137
3.2	Limites de objeto litigioso que caracterizam os processos materialmente sumários: cortes cognitivos.....	139
3.3	Limites probatórios	148
3.3.1	Limites probatórios normativos.....	149
3.3.1.1	Presunções.....	159
3.3.2	Limites probatórios concretos: naturais e econômicos.....	163
3.3.3	Limites probatórios em concreto: hipóteses de cabimento da ação rescisória.....	167
3.4	Limites à cognição impostos pela ineficiência das normas processuais não probatórias: a fisiologia interna do processo.....	172
3.5	A duração razoável do processo como limite temporal à cognição.....	175
3.6	Limites à cognição impostos pela autonomia de vontade e pela liberdade individual	179
3.7	A cognição <i>emprestada</i> na aplicação de súmulas, precedentes e julgamentos de recursos repetitivo	186
4	– A COISA JULGADA PROPORCIONAL À COGNIÇÃO E A <i>PLENA COGNITIO CAUSAE</i>	191
4.1	Coisa julgada e cognição plena e exaustiva.....	191
4.2	A imutabilidade e o Princípio da Segurança Jurídica.....	198

4.2.1	A eficácia preclusiva da coisa julgada, os limites e os cortes cognitivos	202
4.3	A coisa julgada como imutabilidade da parte dispositiva da sentença de mérito na proporção da cognição observada na motivação e ao longo do processo....	208
4.4	O confronto do paradigma coisa julgada/cognição plena em algumas espécies processuais	212
4.4.1	Os processos materialmente sumários: subtração parcial de objeto litigioso e coisa julgada proporcional	217
4.4.1.1	A ação possessória e o corte total da <i>exceptio dominio</i>	223
4.4.2	Os processos formalmente sumários e a exacerbação da celeridade ...	226
4.4.3	Limitações cognitivas probatórias: corte parcial de cognição e coisa julgada proporcional	231
4.4.4	O mandado de segurança: corte parcial de elemento probatório e coisa julgada proporcional	232
4.4.5	A ação monitória não embargada e seu corte cognitivo total.....	235
4.4.6	O corte total de cognição nas sentenças homologatórias de resolução de mérito.....	243
4.4.7	A coisa julgada vulnerável <i>ex post</i> na revelia	250
4.4.8	A improcedência liminar do pedido e seu corte cognitivo total	261
4.4.9	A estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	264
4.4.10	O descumprimento do dever de contraditório prévio no julgamento de terceira via.....	276
4.5	As ações de desconstituição da coisa julgada e de complementação, de correção ou de julgamento diferido em cognição plena e exaustiva	278
4.5.1	A <i>plena cognitio causae</i> da condenação com reserva de exceções.....	282
4.5.2	Requisitos específicos de admissibilidade e efeitos da ação de <i>plena cognitio causae</i>	287
4.5.3	As diversas vias processuais para a veiculação das ações desconstitutivas e de <i>plena cognitio causae</i>	289
4.5.4	Os efeitos da procedência da <i>plena cognitio causae</i>	294
4.5.5	Conclusão do capítulo: os limites, os efeitos e as ações	298
	DA PERSPECTIVA COGNITIVA DO PROCESSO	303
	REFERÊNCIAS	311